

VAMOS DE MÃOS DADAS

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Ao longe, ali e acolá, certamente haverá, sob os céus estrelados destas Gerais, violas em serenata e cantigas de amor e de saudade embalando os sonhos que sempre povoaram os corações da gente desta terra dos Inconfidentes.

Aqui, também é festa, com seresta, violões e trovadores. Festa tipicamente mineira, de confraternização, afetuosa ternura e denso sentido cultural: reúne-se, em noite de gala, a Associação dos Advogados de Minas Gerais para conferir, pela primeira vez, a sua prestigiosa medalha do mérito.

Ao agradecer a homenagem que nos é prestada, a mim e aos ilustres Pares, Drs. ARISTIDES JUNQUEIRA DE ALVARENGA, CASTELAR MODESTO GUIMARÃES FILHO, JACOB LOPES DE CASTRO MÁXIMO, JAIR LEONARDO LOPES, JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE MELO, JOSÉ REZENDE DE ANDRADE, PAULO DUARTE PEREIRA E PAULO VIANA GONÇALVES, inicio por dizer que somos extremamente gratos pela mesma e pela carinhosa presença de tantas pessoas eminentes e queridas.

Não obstante as reservas com que são vistas muitas das festividades de agraciamento, não se pode deixar de assinalar que é também através dessas manifestações que os homens buscam conferir seu aplauso, seu reconhecimento ou seu estímulo àqueles que de alguma forma lhes despertaram sentimentos de gratidão ou admiração. E já se disse que o cidadão que se destaca pelo mérito enaltece a sua comunidade, envaidece a família, torna orgulhosos os seus amigos.

É notória, por outro lado, a parcimônia dos mineiros em suas manifestações. Em obra primorosa, escreveu ALCEU AMOROSO LIMA que

o mineiro é antes de tudo um sóbrio. Sóbrio, poder-se-ia aduzir, recordando um dos nossos maiores, como é do gosto dos seus concidadãos, austero como convém à República. De forte formação humanista, é ele apegado ao seu povoado, discreto e econômico até nos gestos pelas coisas essenciais.

Daí a responsabilidade dos que recebem uma homenagem da gente que habita estas terras, que no passado abrigaram tantos heróis e tantos sonhos.

Honra-nos sobremaneira a homenagem e enternece-nos o gesto fidalgo da distinção, generoso quanto a mim, justo quanto aos demais, que ganha relevo ainda mais expressivo quando se vê que a comenda traz como patrono a figura maiúscula do Prof. GERSON DE BRITTO MELLO BOSON, mineiro por adoção e filósofo por vocação, jurista de escola e advogado-símbolo, cidadão respeitado, mestre de tantas gerações.

Advogados, representantes do Ministério Público, delegados e juízes, integramos segmentos diversos da atividade forense, mas que se entrelaçam na convivência profissional, na realização da tutela jurisdicional do Estado e nas raízes da ciência que nos agasalha, o Direito, no dizer poético dos franceses "*cette vieille et toujours jeune chanson*".

Em livro que os anos não fazem esmaecer, um advogado, PIERO CALAMANDREI, dos maiores que o mundo tem conhecido, com muita felicidade anotou que somos como líquidos em vasos comunicantes. O tempo, que como dimensão humana define os comportamentos, tem se encarregado de atestar essa verdade.

As homenagens que individualmente estamos a receber se destinam, em essência e em última análise, às classes a que pertencemos.

Relevante, no contexto sócio-jurídico, é a missão do Ministério Público, que a nossa Lei Maior qualifica como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Amplo e difícil o seu mister, misto de advocacia e judicatura, a postular e impugnar, mas também com a responsabilidade e a atribuição de zelar pelos hipossuficientes, pelas instituições e pelo bem comum.

A realidade vivida após a promulgação do texto de 1988, na qual se deve reconhecer a destacada atuação dessa instituição, reflete com eloquência a sua importância na sociedade em que vivemos, quer no plano nacional, quer no âmbito das unidades federativas, que vai da participação no **impeachment** do Chefe do Executivo à defesa do meio-ambiente, passando por toda uma variada gama de nobres iniciativas e manifestações.

Importantes, igualmente, são as atividades policiais, quer a militar, quer a civil, que, no escopo estatal de realizar a tranquilidade social, se colocam na vanguarda, afrontando perigos e toda sorte de desafios, tendo de agir muitas vezes no calor dos acontecimentos, sem o tempo que a reflexão normalmente reclama. Mas é em sua segurança, em sua vigilância diuturna e em sua coragem que a comunidade deposita sua primeira confiança, que cresce na proporção em que essas atividades ganham, pelo seu exemplo de bem servir, o respeito e a admiração dos cidadãos.

Indispensável, no dizer do texto constitucional, à administração da Justiça, o advogado é aquele a quem os cidadãos recorrem e buscam proteção para a defesa dos seus direitos e interesses mais legítimos. É aquele que pobres e poderosos respeitam e nem a violência atemoriza, sem o qual não vicejam a liberdade e o pleno estado de direito. É quem exerce a representação postulatória no foro judicial e o

que, através de pareceres ou de atuação no campo da advocacia preventiva, elimina conflitos. É aquele que guarda como um dos seus mandamentos ter "fé no Direito como o melhor instrumento para a convivência humana; na Justiça como destino normal do Direito; na Paz como substitutivo bondoso da Justiça; e, sobretudo, na Liberdade, sem a qual não há Direito, nem Justiça, nem Paz".

O juiz, por sua vez, é o homem a quem a sociedade confere o poder de julgar, de decidir sobre o patrimônio, a liberdade e a própria vida do seu semelhante. No dizer de RUY, a missão de julgar chega a ser quase divina. O Direito, escreveu em páginas magistrais um outro advogado, EDUARDO COUTURE, o maior dos processualistas latino-americanos, valerá o que valham os juízes como homens, não lhe sendo permitido sequer ter medo, pena de nenhum cidadão poder dormir tranqüilo.

O Judiciário, todavia, somente poderá exercer bem a sua missão se contar com juízes à altura, recrutados dentre os melhores e mais vocacionados, com formação integral e reciclada, mas também com os recursos mínimos de que necessita para o exercício das suas funções.

Estamos no crepúsculo de um século que se caracterizou pelo desenvolvimento da tecnologia, no qual se tem buscado não apenas eficiência mas também rapidez. E a "Justiça", como um todo, não tem acompanhado essa evolução.

É certo que leis processuais inadequadas, e a inoperosidade do Legislativo em revê-las e modernizá-las, em muito têm contribuído para as deficiências na entrega da prestação jurisdicional, especialmente em relação à morosidade. Esse não é, todavia, um fenômeno apenas brasileiro. Mas inclusive dos chamados países de primeiro mundo, estando a doutrina internacional, toda ela, voltada para encontrar fórmulas para esse angustiante tema da ineficácia e lentidão das decisões judiciais na solução dos conflitos.

É de convir-se, porém, que não basta apenas mudar as leis processuais.

Embora não se possa lançar toda a culpa no mecanismo judiciário, sobretudo quando se sabe que neste País o Estado é o maior gerador de conflitos, com seus múltiplos e mirabolantes planos econômicos, não se pode negar que o nosso Judiciário ainda muito longe está do ideal, reclamando organizações mais flexíveis, dinâmicas e criativas, necessitando de reaparelhar-se e modernizar-se, munir-se de tecnologia de ponta, de juízes bem recrutados e em número suficiente, contar com órgãos de planejamento permanente, com escolas bem estruturadas e um sistema mais eficaz de controle para que possa corrigir suas deficiências e anomalias e aperfeiçoar-se como Poder, que somente se justifica na medida em que serve à sociedade em que atua.

Imperioso, assim, que haja um órgão nacional do próprio Poder para exercer, de ofício ou mediante provocação do Procurador-Geral da República ou do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na forma da lei, o seu controle administrativo e disciplinar, inclusive com poderes para determinar a perda do cargo também nas hipóteses, hoje constitucionalmente não contempladas, de negligência contumaz no cumprimento dos deveres do cargo ou de procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções, como propõe o Superior Tribunal de Justiça. Como se vê, o Judiciário não se opõe ao seu controle, desejando-o severo e eficiente. Opõe-se, isto sim, às fórmulas miúdas, casuísticas e emocionais, que não contribuem para o aperfeiçoamento do sistema.

Os tempos são de renovação. Somos um povo ordeiro, alegre e talentoso, que finalmente está despertando para a cidadania. Para que esta se realize, no entanto, não basta apenas vontade, mas, também determinação e coragem. Como assinalou a pena admirável de Guimarães

Rosa, *"a vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem"*.

No momento em que ganha altitude essa brava, jovem e bem dirigida Associação dos Advogados, com sede e foro nas montanhas deste santuário da liberdade que é Minas Gerais, é bom saber e sentir que, entre a sua gente, conversando, escutando, lendo, estudando, meditando, caminhando, amando, percorrendo os seus campos de mil aromas ou as ladeiras barrocas de sua história, há advogados, representantes do Ministério Público, delegados e juízes confraternizando-se, exercitando a arte de conduzir os homens e lutando por ideais comuns.

É do cancionero popular que

"O que importa é ouvir a voz que vem do coração. Pois seja o que vier, venha o que vier, Qualquer dia, amigo, eu volto a te encontrar, Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar".

"O presente é tão grande, não nos afastemos", lembram-nos os versos inspirados do nosso Poeta-maior. E é com eles, ilustre Presidente e senhores Conselheiros, que finalizo: "não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas".